

Atos Oficiais

DECRETO LEGISLATIVO Nº 927, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021 VEREADOR LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Concede o título de cidadão Ribeirãopirense ao Reverendíssimo Padre **Clemilson Pereira Teodoro**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereador Alessandro Adalberto Dias) Art. 1º - Fica concedido o título de cidadão Ribeirãopirense ao Reverendíssimo Padre **Clemilson Pereira Teodoro**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. Art. 2º - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. Art. 3º - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal de Ribeirão Pires, 14 de outubro de 2021. – 67º Ano da Instalação do Município. Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi - Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 928, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021. VEREADOR LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Concede o título de cidadão Ribeirãopirense ao Reverendíssimo Padre José Silva, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereadores Diogo Dantas Manera e Edmar Donizete Oldani) Art. 1º - Fica concedido o título de cidadão Ribeirãopirense ao Reverendíssimo Padre José Silva, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. Art. 2º - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. Art. 3º - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal de Ribeirão Pires, 09 de setembro de 2021. – 67º Ano da Instalação do Município. Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi – Presidente

PORTARIA Nº 0002/2021. VEREADOR LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, nos termos do § 3º, do artigo 55, do Regimento Interno da Casa, RESOLVE: Artigo 1º - DESIGNAR os Vereadores abaixo relacionados para comporem a Comissão Especial de Inquérito, constituída nos termos do Requerimento nº 667, objetivando apurar possíveis irregularidades na prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica em nosso município, pela Enel Brasil – Distribuição São Paulo. Vereador Diogo Dantas Manera – Presidente, Vereador Archeson Pedroza Teixeira – Relator e Vereador Leandro de Souza Carvalho – Membro. Artigo 2º - O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Inquérito de que trata o artigo anterior, deverá ser votado pelo Plenário da Câmara Municipal em até 120 (cento e vinte) dias contados desta data. Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 15 de outubro de 2021. Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi - Presidente

PORTARIA Nº. 33.518, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº 32.956, 08 de Julho de 2021, AFASTAR a funcionária MARIANA GOMES DOS SANTOS NOGUEIRA, do cargo de Agente Administrativo, regime estatutário, provimento efetivo, lotada na Secretaria de Finanças e Administração, e NOMEAR MARIANA GOMES DOS SANTOS NOGUEIRA, portadora da Cédula de Identidade RG. Nº 43.266.670-9 e CPF nº 359.427.228-11, para exercer em comissão o cargo de Diretor de Compras, lotada na Secretaria de Finanças e Administração, a contar de 20 de Setembro de 2021. Processo nº. 11189/2009